

PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL  
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA



EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA 8<sup>a</sup> VARA DA  
FAZENDA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL.

CÓPIA

REF.: PROCESSO N.º 2012-01-1.194871-3

IMPETRANTE: VIPLAN - VIAÇÃO PLANALTO LTDA.

IMPETRADO: PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE  
LICITAÇÃO DA CONCORRÊNCIA N.º001/2011 - ST DA  
SECRETARIA DE TRANSPORTES DO DISTRITO FEDERAL

**DISTRITO FEDERAL**, pessoa jurídica de direito público interno, com domicílio já indicado na peça de ingresso, por intermédio dos seus Procuradores que a esta subscreve, regularmente constituído por força de lei, respeitosamente, vem à presença de Vossa Excelência requerer o seu ingresso no feito como litisconsorte passivo, ao tempo em que passa a expor e requerer o que segue:



## 1. RESUMO DOS FATOS

Trata-se de mandado de segurança impetrado pela VIAÇÃO PLANALTO LTDA - VIPLAN contra ato praticado pelo PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DA CONCORRÊNCIA N.º001/2011 - ST com o objetivo de suspender a licitação deflagrada por este edital até que se comprove em juízo que a impetrante teve acesso aos fundamentos da decisão que indeferiu o recurso contra a sua inabilitação.

Foi requerida e parcialmente deferida liminar para *"determinar à autoridade coatora, qual seja, o Presidente da Comissão Especial de Licitação da Concorrência n.º001/2011 - ST da Secretaria de Transporte do Distrito Federal, que se abstenha de dar continuidade à licitação em comento até ulterior decisão judicial do juiz natural para o processo e julgamento da causa"*, já cumprida, conforme Ata anexa (Anexo 6).

Para tanto, o Nobre Magistrado Plantonista valeu-se dos seguintes argumentos: (i) falta de circulação da edição extra do Diário Oficial do Distrito Federal que divulgou a decisão desfavorável à impetrante; (ii) ausência de conhecimento da fundamentação da decisão que indeferiu o recurso e, por fim, (iii) falta de prazo hábil para questioná-la.

Ocorre que tal decisão, consoante será demonstrado merece ser revista por este Eminente Juízo, pois, além de não ter havido qualquer ilegalidade nos atos praticados pela autoridade vista coatora, foi fruto de manipulação da verdade dos fatos pela impetrante.

## 2. DAS RAZÕES PARA RECONSIDERAÇÃO DA TUTELA DE URGÊNCIA DEFERIDA. VERDADEIRA REALIDADE DOS FATOS.

Como visto, o Magistrado Plantonista valeu-se de três argumentos para embasar a sua decisão. Ocorre que, com o devido respeito, eles não se sustentam quando confrontados com a documentação a



esta anexada e com a argumentação adiante exposta:

**2.1 – Da regular e ampla circulação do Diário Oficial do Distrito Federal Edição Extra n.º 251, de 12 de dezembro de 2012**

Ao contrário do quanto alegado pela parte impetrante, o Diário Oficial do Distrito Federal Edição Extra n.º 251, de 12 de dezembro de 2012, em que foi veiculada a decisão que inabilitou a VIPLAN no certame circulou de forma extensa, ampla e irrestrita nas dimensões territoriais do Distrito Federal.

Conforme se observa do Ofício a esta anexado (anexo 1), o Coordenador-Chefe da Coordenadoria do Diário Oficial do Distrito Federal atesta que o Diário Oficial do Distrito Federal Edição Extra n.º 251, de 12 de dezembro de 2012, foi divulgado em meio eletrônico (internet) as 11hs45 e passou a circular em meio físico a partir das 12hs20, sendo normalmente distribuído aos órgãos distritais e assinantes.

É de se observar assim, Excelência, que a informação da impetrante no sentido de que o Diário Oficial em comento não foi objeto de circulação no Distrito Federal não corresponde à verdade dos fatos.

Inexiste, portanto, qualquer ilegalidade quanto ao ponto.

**2.2 – Da previsão editalícia quanto à divulgação dos resultados dos recursos administrativos**

Alega a impetrante que a fundamentação da decisão do recurso que indeferiu a sua habilitação no procedimento licitatório não foi disponibilizada no Diário Oficial do Distrito Federal Edição Extra n.º 251, de 12 de dezembro de 2012.



Ocorre que não há qualquer previsão no Edital de Concorrência n.º 01/2011, que é quem dita as regras do certame, que deve haver a disponibilização em diário oficial da fundamentação da decisão que decide acerca da inabilitação de licitante.

Expliquemos melhor:

As regras que tratam dos resultados do julgamento das fases do procedimento estão tratadas nos itens 20.1 a 20.3 do Edital de Concorrência n.º 01/2011 – ST (anexo 2)

*"20.1 - Encerrada a Sessão Pública para a entrega e recebimento dos envelopes, a **COMISSÃO** procederá ao exame e julgamento da **DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO** dos licitantes, divulgando, no Órgão de Imprensa Oficial do Distrito Federal, o resultado do julgamento.*

*20.2 - Transcorrido o prazo legal para interposição de recurso, havendo desistência ou renúncia do direito de recorrer por todos os **LICITANTES**, do respectivo lote, ou após o julgamento dos recursos interpostos, a **COMISSÃO** convocará as **LICITANTES**, de cada lote, para comparecerem à Sessão Pública de abertura dos Envelopes de nº 2 das **LICITANTES** habilitadas.*

*20.3 - Abertos os Envelopes de nº 2, os documentos ali contidos serão rubricados pelos membros da **COMISSÃO** e pelos representantes das **LICITANTES**, após o que será dada a palavra a estas últimas e aos membros da **COMISSÃO** que dela quiserem fazer uso ou que desejarem fazer registros em ata; em seguida será lavrada e assinada ata pelos presentes, após o que será encerrada a Sessão.*

*20.4 - Nessa mesma Sessão, a **COMISSÃO**, logo após a abertura dos trabalhos, promoverá a devolução dos Envelopes de nº 2 das **LICITANTES** inabilitadas, em cada lote.*

*20.5 - Encerrada a Sessão Pública para abertura e rubrica da documentação contida no Envelope de nº 2, a **COMISSÃO** procederá ao exame e julgamento da **PROPOSTA FINANCEIRA**, de cada lote, divulgando, no **ÓRGÃO DE IMPRENSA OFICIAL DO DF**, o resultado do julgamento.*

*20.6 - Transcorrido o prazo legal para interposição de recurso, havendo desistência ou renúncia do direito de recorrer por todos os **LICITANTES**, no respectivo lote, ou após o julgamento dos recursos interpostos, a **COMISSÃO** divulgará a classificação final das **LICITANTES** no **ÓRGÃO DE IMPRENSA OFICIAL DO DF**.*

*20.7 - Transcorrido o prazo legal para interposição de recurso ou após o julgamento dos recursos interpostos, a*



**COMISSÃO** declarará o **LICITANTE** vencedor do certame, em cada lote, encaminhando o processo ao Secretário de Estado de Transportes do Distrito Federal para homologação e adjudicação.

20.8 - Caso um mesmo licitante seja vencedor de mais de um Lote, ser-lhe-á adjudicado apenas um lote, respeitando a declaração de preferência apresentada pelo respectivo licitante em sua **DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**, de modo que os demais lotes serão adjudicados aos licitantes classificados em posição imediatamente subsequente.

20.9 - Homologado o resultado da licitação, no respectivo lote e adjudicado o seu objeto, a licitante adjudicatária será convocada pela Secretaria de Estado de Transportes do Distrito Federal para atender as exigências formuladas para a celebração do contrato de concessão e promover a assinatura deste, no prazo de 20 (vinte) dias a contar da convocação.

20.10 - A tramitação do processo de licitação, em cada lote, será independente, podendo a **COMISSÃO** prosseguir com o certame em determinado lote, inclusive encaminhando o processo licitatório para homologação e adjudicação do Secretário de Estado de Transportes do Distrito Federal, bem como para assinatura do contrato de concessão, independentemente da fase de julgamento em que se encontrem os demais lotes."

Como se observa de tais regras, não há uma única regra sequer que imponha que deve haver publicação na imprensa oficial acerca do fundamento da decisão proferida em sede de julgamento da habilitação.

5

Aliás, no único momento que o Edital faz menção à necessidade de divulgação de informações oficiais acerca da habilitação, prevê apenas que "o resultado do julgamento" será disponibilizado na Imprensa Oficial (vide item 20.1 supra)

Veja, Excelência, que não se está vedando o acesso do licitante aos fundamentos da decisão. Não é isso! O licitante poderá requerer à Comissão de Licitação a disponibilização dos fundamentos da decisão, os quais, inclusive, constam do processo administrativo em curso.

Em outras palavras, não era obrigação da autoridade apontada como coatora disponibilizar as razões de decidir, inexistindo, assim, qualquer ilegalidade quanto ao ponto.

Além disso, os fundamentos da decisão (anexo 3) estão disponíveis desde ontem, dia 12/12/2012, na internet no endereço eletrônico:

<http://editais.st.df.gov.br/esclarecimentos/habilitacao/JULGAMENTO.pdf>

Assim, seja em decorrência da ausência de expressa previsão no edital, seja em decorrência do fato de os motivos determinantes do julgamento já se encontrarem disponíveis na internet, não há qualquer ilegalidade no ato impugnado.

Diga-se, por fim, Excelência, que da decisão do Secretário de Estado de Transportes não cabe mais qualquer espécie de recurso na esfera administrativa, conforme se destacará adiante:

### **2.3 – Da impossibilidade de questionamento quanto à falta de prazo para recurso**

Outro argumento sustentado pelo Eminentíssimo Juiz Plantonista para embasar a sua decisão foi o fato de não ter sido concedido tempo hábil para a impetrante questionar a decisão que confirmou a sua inabilitação no certame.

Ocorre que a decisão em comento já foi proferida pelo Secretário de Estado de Transportes em grau de recurso e em última instância na esfera administrativa.

Isto é, não há falar-se em falta de tempo hábil para questionamento da decisão, **pois não há previsão editalícia de novo recurso.**

Convém também ressaltar que a VIPLAN foi inabilitada no certame, entre outros, por não ter apresentado as certidões negativas de tributos federais, distritais e de débitos trabalhistas, e essa questão já foi objeto de ampla discussão na esfera judicial.

Com efeito, a impetrante obteve decisão judicial



proferida pela Vara de Falência e Recuperação Judicial, garantindo-lhe a participação na licitação independentemente da apresentação das certidões.

Após sucessivos recursos, a questão foi decidida nos autos do Agravo de Instrumento n.º 2012.00.2.026321-4, de Relatoria do Des. Flávio Rostirola, em decisão monocrática já referendada pela 1ª Turma Cível no julgamento de Agravo Regimental, *in verbis*:

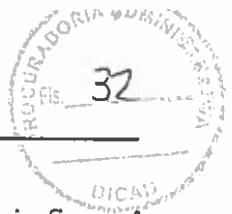
*"Cuida-se de Agravo de Instrumento interposto pelo DISTRITO FEDERAL, em razão de decisão proferida pelo ilustre Juízo da Vara de Falências, Recuperações Judiciais, Insolvência Civil e Litígios Empresariais do Distrito Federal nos autos da ação de Recuperação Judicial nº 2008.01.1.103082-9 requerida pela VIPLAN VIAÇÃO PLANALTO LTDA.*

*O MM Magistrado proferiu a seguinte decisão:*

*Trata-se de pedido da recuperanda relacionado à sua eventual participação em Concorrência Pública, mais especificamente a de n. 001/2011-ST da Secretaria de Estado de Transportes do GDF. Disse de seu impedimento, em participar do certame, pois lhe exigiram certidões negativas e certidões que não possui, diante da constatação de omissão legislativa no que diz respeito ao parcelamento de tributos em relação às sociedades em recuperação.*

*Há plausibilidade no pedido da Recuperanda. Se o serviço de transporte público continua a ser prestado pela Recuperanda, que tem na exploração de tal atividade o centro de seu fundo empresarial, salutar que lhe seja possível ao menos concorrer no processo licitatório que definirá a continuação de tal serviço. Exigências formais, se não contextualizadas com os objetivos da recuperação em curso, poderão inviabilizar todo o esforço no sentido de soerguimento do empreendimento, em torno do qual gravitam interesses de*

7



*trabalhadores, consumidores e também do próprio fisco. A teoria da perda de uma chance também deve ser lembrada, pois impedir a participação da Recuperanda representa o cercear de possíveis lucros com o eventual incremento da atividade que já exerce. Assim, com fulcro no art. 47 c/c art. 50, da Lei de Falências, determino à Comissão Especial de Licitação da Concorrência 001/2011-ST da Secretaria de Estado de Transportes do GDF que admita a Recuperanda no Certame 001/201-ST, independentemente da apresentação de certidões, pois tal exigência se demonstra excessiva, diante da omissão legislativa e da prestação de serviço público similar pela ora Recuperanda. Oficie-se. I. Após, remetam-se ao MP, conforme decisão anterior (fl. 261).*

*O Distrito Federal, preliminarmente, suscita a incompetência do Juízo da Vara de Falências, Recuperações Judiciais, Insolvência Civil e Litígios Empresariais do Distrito Federal para proferir a decisão que interfira em licitações do Poder Público. Quanto ao mérito, menciona violação aos seguintes dispositivos legais: arts. 27 e 29 da Lei de Licitações; art., 52, II, da Lei de Recuperação Judicial e ao §4º, do art. 155-A do Código Tributário Nacional.*

8

*Em seu parecer (fls. 350/376), a Oitava Procuradoria de Justiça Cível do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios oficia pelo conhecimento e provimento das preliminares para anular a decisão agravada por ter sido:*

*a) proferida por autoridade absolutamente incompetente; b) Proferida sem contraditório e sem nenhum dos requisitos que poderiam justificar a concessão inaudita altera parte; c) Proferida de forma inovadora, sem observar os limites fáticos e jurídicos da coisa julgada decorrente da suspensão de segurança deferida pelo Presidente do Tribunal de Justiça (fl. 375).*

*Quanto ao mérito, manifesta-se pelo provimento do*





*Agravo de Instrumento para cassar a decisão agravada e fazer prevalecer a exigência legal e editalícia de certidões negativas para a contratação com o poder público, seja pela expressa determinação da Lei de Falências, seja pelas disposições de Direito Administrativo, que não permite que uma empresa em recuperação judicial (ou sob o regime anterior da concordata) possa contratar com a Administração Pública (fl. 375).*

*É o breve relatório para a presente decisão monocrática. Após a instrução completa do feito, melhor refletindo sobre a matéria, tenho que o recurso merece provimento monocrático.*

*A razão é simples.*

*Existe uma questão meritória decorrente de expressa previsão legal - arts. 27 e 29 da Lei de Licitações; art., 52, II, da Lei de Recuperação Judicial e §4º, do art. 155-A do Código Tributário Nacional. Aliás, convém mencionar que a necessidade de comprovação de regularidade fiscal do licitante como requisito para sua habilitação, conforme preconizam os dispositivos legais mencionados, encontra respaldo no art. 195, §3º, da Constituição Federal. Contudo, há um óbice processual que impede a manutenção da r. decisão hostilizada.*

9

*O Agravante, ao defender a incompetência da Vara de Falências para interferir em Licitações do Poder Público, menciona:*

*A Vara de Falências e Recuperações Judiciais não tem competência para interferir no andamento de licitações públicas levadas a efeito pelo Distrito Federal, tendo em vista o foro especial de que dispõe a Fazenda Pública, conforme dispõe o art. 26 da Lei Federal nº 11.697/2008: Art. 26. Compete ao Juiz da Vara da Fazenda Pública processar e julgar:*

*I - os feitos em que o Distrito Federal ou entidades de sua*

*administração descentralizada, inclusive empresas públicas e sociedades de economia mista de que participe, forem autores, réus, assistentes, litisconsortes, intervenientes ou oponentes, excetuados os de falência e acidentes de trabalho;*

*A circunstância foi notada pela ilustre Desembargadora Ana Cantarino no já mencionado AGI nº 2012.00.2.022947-7, nos seguintes termos:*

*E, ainda, examinando a competência da Vara de Recuperação Judicial, nela não se encontra a possibilidade de decisão sobre licitação envolvendo o Poder Público, no caso o Distrito Federal, que tem foro privilegiado em razão da pessoa, no caso, as Varas de Fazenda Pública do DF. Merece ser melhor analisada, pelos Juízos envolvidos, a questão relativa à competência, ainda mais quando a parte tem seu pedido negado no Juízo de Fazenda e se dirige ao Juízo de Recuperação Judicial para reproduzir o mesmo pedido, conseguindo, por vias transversas 'reformular' a decisão que lhe era desfavorável, por juiz do mesmo grau de jurisdição.*

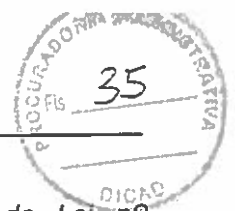
10

***Diante disso, é nula a decisão proferida pela Vara de Falências e Recuperações Judiciais por incompetência absoluta do seu prolator, já que não lhe é dado proferir decisões que interfiram diretamente em procedimentos licitatórios conduzidos pelo Distrito Federal (fl. 12/13).***

*Em seu parecer, a douta Procuradoria de Justiça menciona, como uma primeira preliminar, exatamente a incompetência absoluta da Vara de Falências:*

*A Vara de Falências tem sua competência fixada pela Lei de Organização judiciária, quando ainda era denominada Vara de Falências e Concordatas, posteriormente alterada para Vara de Falências e Recuperações Judiciais, com a*

✓



*competência decorrente dos arts. 47 e 50 da Lei nº 11.101/2005, até que, com a edição da Resolução n. 23, de 22 de novembro de 2010, do Tribunal Pleno, passou ao nome atual, abrangendo, ainda, a competência para os feitos enumerados no seu art. 2.*

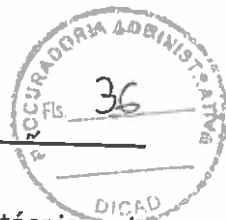
*A Vara da Fazenda Pública, por sua vez, tem competência *ratione personae* fixada no art. 26 da Lei de Organização Judiciária do Distrito Federal.*

*É nesse contexto que deve ser definida a competência para impor ao Distrito Federal a obrigação questionada, decorrente de decisão incidental extraída de processo em que não foi parte senão na condição de Fazenda Pública, com objeto delimitado e não inclusivo de qualquer outra situação que não seja a de credor tributário da Agravada. É indiscutível que a Fazenda Pública - seja ela Federal, Estadual, Distrital ou Municipal - está sujeita às decisões das Varas de Falências no contexto de sua competência universal. Mas não há espaço jurídico para a extensão dessa competência a qualquer outro interesse direto ou indireto da empresa em recuperação, quando, no polo oposto, estiver a pessoa jurídica de direito público com foro privativo estabelecido em lei federal. Não se pode conferir interpretação extensiva à Resolução nº 23/2010 para subtrair a competência legal da Vara da Fazenda, que é absoluta em razão da pessoa jurídica de direito público. (...)*

11

*Não há como ampliar a competência da Vara de Falências para subjugar a administração pública e fazê-la devedora do cumprimento de uma decisão inerente a processo *Iicitatório* apenas porque a parte interessada em disputar o certame tem o rótulo legal de empresa em "recuperação judicial" (Lei nº 11.101/05, art. 191) (fls. 355/356).*

*Sendo assim, em face das razões acima expostas e reafirmando o voto por mim anteriormente proferido no julgamento do Agravo Regimental na Execução nº*



20070020090606, na qual lancei mão da técnica da motivação per relationem, ex vi do disposto no art. 557, §1º, do CPC, acolho a preliminar e DOU PROVIMENTO ao recurso para, com a devida vênia, tornar sem efeito a r. decisão agravada por ter sido proferida por autoridade incompetente.

Preclusas as vias impugnativas, dê-se baixa no sistema informatizado, observando-se as demais determinações da Portaria Conjunta nº 31, de 21 de maio de 2009, deste egrégio Tribunal de Justiça.

Publique-se e intime-se.

Brasília (DF), 10 de dezembro de 2012.

Desembargador FLAVIO ROSTIROLA

Relator" – destaques nossos

12

Como já ressaltado, inconformada com tal decisão, a VIPLAN interpôs agravo regimental, o qual foi negado provimento em sua integralidade, tendo sido mantida na íntegra a decisão supra, conforme andamento processual anexo (Anexo 4).

Como se vê, a VIPLAN vale-se, mais uma vez, de argumentos desprovidos de qualquer razoabilidade com intuito deliberado de impedir que o procedimento licitatório siga o seu curso regular, o que não pode ser tolerado por este Eminentíssimo Juízo.

### 3. DA CONCLUSÃO

Ante o exposto, uma vez demonstrada a verdadeira realidade fática e, portanto, tendo-se a plena certeza de que não houve qualquer ilegalidade no ato ora impugnado em Juízo, o Distrito Federal requer



a revogação a medida liminar anteriormente proferida, a fim de que possa ter regular seguimento o certame licitatório de que se cuida.

Nestes termos, pede deferimento.

Brasília/DF, 13 de dezembro de 2012.

**EDVALDO COSTA BARRETO JÚNIOR**

**PROCURADOR DO DISTRITO FEDERAL**

**MARCOS VINÍCIUS WITCZAK**

**PROCURADOR DO DISTRITO FEDERAL**



Poder Judiciário  
**Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios**

Secretaria do Conselho Especial e da Magistratura  
Praça Municipal, Lote 1, Palácio da Justiça, Térreo, Salas 144/146  
Fone: (61) 3103-7000, Fax: (61) 3103-0806, CEP 70094-900, Brasília/DF  
www.tjdft.jus.br



## MANDADO DE INTIMAÇÃO

PROCURADOR  
Ciente,  
PGDF em 26/04/12 às 12 h.

Beatriz Kleis-Torres de Sordi  
Chefe de Gabinete  
ASGES

O Excelentíssimo Senhor Desembargador ROBERVAL CASEMIRO BELINATI, Relator do MANDADO DE SEGURANÇA n. 2012 00 2 007951-4, que tramita perante o Conselho Especial do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, no qual é Impetrante: LOTÁXI – TRANSPORTES URBANOS LTDA., Informantes: GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL e OUTROS,

DETERMINA que se proceda, por Oficial de Justiça, à **INTIMAÇÃO** do Excelentíssimo Senhor **GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, AGNELO QUEIROZ**, ou de quem suas vezes fizer, no seguinte endereço: Praça do Buriti – Anexo do Palácio do Buriti – 11º andar – Gabinete, Brasília-DF, CEP: 70075-900, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, apresente justificação prévia acerca do pedido de liminar requerido nos autos da ação mandamental epígrafada, consoante determinação transcrita a seguir:

(...) ausente, por ora, a urgência na apreciação imediata do pedido de liminar, revela-se conveniente e oportuna a oitiva das autoridades impetradas antes do exame da liminar, sobretudo diante da relevância do tema para a população do Distrito Federal e para a observância do comando constitucional de obrigatoriedade da licitação, até então descuidado. Diante do exposto, intem-se as autoridades impetradas para apresentar justificação prévia, em relação ao pedido de liminar, no prazo de cinco dias. (...). Brasília – DF, 17 de abril de 2012. (a) Desembargador ROBERVAL CASEMIRO BELINATI – Relator

**QUE SE CUMpra.** Seguem anexas cópias da petição inicial da ação em referência e dos documentos que a instruem, bem como do inteiro teor da r. decisão transcrita parcialmente acima. A Diretora da Secretaria do Conselho Especial e da Magistratura subscreve e assina o presente por ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador Relator do processo em referência (art. 225, inciso VII, do Código de Processo Civil e art. 284 do RITJDFT). Brasília-DF, 19 de abril de 2012.

**MÔNICA REGINA SILVA HAUSCHILD**  
Diretora da Secretaria do Conselho Especial  
e da Magistratura

CIENTE EM 26/04/2012  
A PROCURADORIA GERAL DO  
DISTRITO FEDERAL PARA  
PROVIDÊNCIAS PERTINENTES.

Vera Lúcia Araújo de Souza  
Secretária de Estado  
Chefe de Gabinete  
Interina

referido dispositivo legal visa impedir que o Estado se locuplete sobre o particular e garantir que a execução dos serviços seja feita dentro de uma margem de sustentabilidade financeira. Colaciona precedentes judiciais.

A impetrante afirma, ainda, que o Tribunal de Contas do Distrito Federal, ao analisar o primeiro edital, havia determinado que a Secretaria de Transportes adotasse as providências necessárias para atender ao disposto no artigo 42, § 3º, da Lei n.º 8.987/1995, conforme decisão n.º 3.984/2011. Ressalva que, na ulterior deliberação na decisão n.º 446/2012, tal item não mais foi objeto de análise, por esquecimento ou falha, mas que tal fato já foi aventado pelo Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo perante o Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Dessa forma, alega a impetrante que possui direito líquido e certo de que sua concessão permaneça válida pelo prazo necessário à realização dos levantamentos e avaliações indispensáveis, incluindo o cálculo de eventual indenização relativa aos investimentos ainda não amortizados, pois sua concessão é de prazo indeterminado.

Para comprovar a lesividade da ausência da observância do artigo 42 da Lei n.º 8.987/1995, a impetrante relaciona os seguintes fatos: a) as aquisições de ônibus especiais para as concessões, sendo que as últimas ocorreram em 2009; b) os equipamentos e instalações utilizados como apoio à operação de transporte coletivo, como terrenos e garagens; c) custos com a desmobilização de pessoal.

Fundamenta o *fumus boni iuris* no artigo 42, § 2º, da Lei n.º 8.987/1995, e o *periculum in mora* na iminência da abertura das propostas, marcada para 18/04/2012, na perda das linhas e nos danos decorrentes da ausência de indenização prévia.

Pede o deferimento da medida liminar para determinar às autoridades coatoras que excluam do objeto da Concorrência Pública n.º 01/2011 – da Secretaria de Transportes, no estágio em que se encontrar a licitação, as linhas operadas pela frota da impetrante até a decisão de mérito do presente mandado de segurança ou para determinar a suspensão da licitação, no estágio em que se encontrar até a decisão de mérito do presente mandado de segurança.

No mérito, pede a concessão da segurança para determinar ao Distrito Federal que se abstenha de licitar as linhas operadas pela frota da impetrante até que seja dado cumprimento ao artigo 42, § 2º, da Lei n.º 8.987/1995, principalmente o cálculo de eventual indenização relativa aos investimentos ainda não amortizados pelas receitas emergentes da concessão.

É o relatório.

Inicialmente, vale salientar que, consoante notícia extraída do sítio eletrônico do DFTRANS, bem como da imprensa local, a data de abertura das propostas da licitação em apreço foi adiada de 18/04/2012 para 28/05/2012, tendo em vista que o Poder Concedente fará alterações nos termos da proposta, decorrentes de sugestão do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e de questionamentos de entidades distintas.

Dessa forma, ausente, por ora, a urgência na apreciação imediata do pedido de liminar, revela-se conveniente e oportuna a oitiva das autoridades impetradas antes do exame da liminar, sobretudo diante da relevância do tema para a população do Distrito Federal e para a observância do comando constitucional de obrigatoriedade da licitação, até então descuidado.

Diante do exposto, intmem-se as autoridades impetradas para apresentar justificção prévia, em relação ao pedido de liminar, no prazo de cinco dias.

Publique-se. Intmem-se.

Brasília – DF, 17 de abril de 2012.

~~Desembargador~~ ROBERVAL CASEMIRO BELINATI  
Relator